



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- E M E R J -
PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 2º SEMESTRE/2012

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3 DE JUNHO DE 2012

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ingressou com ação direta de inconstitucionalidade em face de dispositivos legais que garantem ao membro do Ministério Público a prerrogativa de se sentar do lado direito do Juiz durante o julgamento das causas em que não atua como *custos legis*.

Comente. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Depende de homologação como sentença estrangeira a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos para ter eficácia no Brasil? **(máximo de 20 linhas)**

II - DIREITO CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

ALBERTO realiza contrato de permuta com um de seus filhos, LEANDRO. O objeto da contratação é a troca de bens imóveis de propriedade de ambos. O bem de propriedade de LEANDRO possui valor de mercado superior ao do bem de propriedade de ALBERTO.

AUGUSTO e RAFAEL, também filhos de ALBERTO, insurgem-se contra a avença, negando-se a anuir com a mesma, ao argumento de que o bem de propriedade de ALBERTO possui para eles um valor afetivo muito maior que o outro bem que será objeto da permuta. Neste sentido também se manifesta NEUZA, companheira de ALBERTO (possui contrato de união estável, no qual há estipulação expressa de separação patrimonial), e mãe de LEANDRO, AUGUSTO E RAFAEL.

As partes procederam ao negócio independentemente da anuência dos demais filhos e companheira.

Responda justificadamente: É válido o contrato de permuta realizado entre ALBERTO e LEANDRO? **(máximo de 20 linhas)**.

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

O que é retrocessão? Explique. **(máximo de 20 linhas)**

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em processo de execução fundado em título extrajudicial, foi proferida decisão interlocutória através da qual se indeferiu requerimento de substituição do bem penhorado por outro, indicado pelo executado. Contra esta decisão, o executado opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo juízo de primeiro grau ao fundamento de que o CPC só prevê o cabimento deste recurso contra sentenças e acórdãos.

Decidiu corretamente o juiz? Justifique. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Foi impetrado, junto a uma das Varas da Fazenda Pública da comarca da Capital, um mandado de segurança contra ato praticado pelo Presidente de uma Sociedade de Economia Mista Federal.

O juiz deferiu a medida liminar postulada e determinou a notificação da autoridade coatora para prestar informações. Esta, ao se manifestar, afirmou a competência da Justiça Federal para a causa, postulando o declínio da competência e a declaração de nulidade da medida liminar.

Como o juiz deve decidir essa questão processual suscitada? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Pedro ajuizou demanda em face de Carolina, postulando reparação de danos materiais e morais. Assistido por advogado particular, postulou a concessão do benefício de gratuidade de justiça, o que lhe foi deferido.

Citada a ré, esta ficou revel. Foi, então, proferida sentença, baseada na presunção de veracidade decorrente da revelia, que julgou o pedido procedente. O juiz de primeiro grau, por entender que a ré não ofereceu qualquer resistência à pretensão do autor, não a condenou ao pagamento de honorários advocatícios.

Pedro, então, interpôs apelação, com o único objetivo de ver a ré condenada a pagar os honorários de seu advogado. Em razão do benefício que lhe fora concedido, informou que não recolheu as custas. Nas razões de recorrer, afirmou que o réu revel deve ser condenado a pagar honorários advocatícios, nada havendo na lei processual que afaste este seu dever jurídico.

Como deve ser julgado o recurso? Resposta justificada. **(máximo de 20 linhas)**

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Sociedade empresária do tipo comandita simples formada por três pessoas jurídicas e cinco pessoas naturais foi dissolvida com fundamento no inciso II do art. 1033 do Código Civil. **Z** foi o liquidante nomeado pelos sócios, responsável pelo pagamento do passivo.

Após o decurso de dois meses do encerramento da liquidação e baixa do registro da sociedade empresária, **W**, credor com privilégio especial, procura sua advogada informando que não teve o crédito satisfeito pelo liquidante e constatou o exaurimento do patrimônio social.

Pergunta-se: que medida judicial é possível ser adotada em favor do credor **W**? Qual o prazo prescricional aplicável? Respostas fundamentadas com amparo legal. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A duplicata de prestação de serviço pode ser protestada por indicação ou recebida para protesto por indicação.

Apresente (a) o candidato (a) a distinção entre as duas situações com o devido fundamento legal. **(máximo de 20 linhas)**

V - DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Comente a seguinte notícia de jornal:

*“Câmara de segurança do Banco XYZ flagrou ontem quando a jovem **A**, 23 anos, abandonava sua filha recém-nascida em um “lixão” próximo da comunidade do Morro da Lagartixa, aonde veio a ser encontrada horas depois por um casal que por ali passava atraído pelo choro da criança. Localizada por uma patrulha da PM, a jovem contou que assim procedera porque não tinha recursos para manter a sua filha. A infeliz criança veio a falecer horas depois, eis que atacada por roedores”.*

Pergunta-se:

- a) Qual o crime ou crimes praticados por **A**?
- b) A situação se alteraria, se **A** tivesse 17 anos, mas fosse casada?

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

“Imputabilidade” - o que é? Qual o tratamento legal dado pelo Direito Penal às situações de sua inoccorrência? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

“Princípio da ubiquidade” - em que consiste? Quando se aplica? **(máximo de 20 linhas)**

VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Felipe foi condenado pela prática de dois crimes de roubo, em continuidade delitiva, juntamente com mais quatro réus (art. 157, § 2º, I e II, Código Penal), à pena de 10 anos e 7 meses, em regime fechado. Na sentença, o Magistrado decretou a prisão provisória do apenado com fundamento nos seus maus antecedentes (pois sua folha penal registrava outros processos em andamento) e na gravidade do delito praticado.

Irresignada com a exigência do Juízo de recolhimento de Felipe à prisão, para recorrer, a defesa impetrou *habeas corpus* alegando constrangimento ilegal, por falta de motivação para a prisão, uma vez que o réu respondeu ao processo em liberdade, sem que tivesse deixado de comparecer a qualquer ato processual, inexistindo motivo para que não pudesse apelar em liberdade.

Esclareça, à luz da principiologia processual penal brasileira, se o magistrado agiu corretamente. **(máximo de 20 linhas).**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Após ser preso em flagrante, durante a investigação preliminar, João da Silva foi reconhecido pela vítima e por duas testemunhas como o autor da subtração de uma motocicleta.

Após o oferecimento da denúncia, a vítima e as testemunhas da empreitada criminosa não foram localizadas para serem ouvidas. Não obstante, o Magistrado proferiu sentença condenatória, sob o argumento de que as declarações prestadas em sede policial eram suficientes à formação da convicção judicial, em especial por se tratarem de provas irrepetíveis.

Nas circunstâncias, esclareça, de forma fundamentada, se a decisão do Magistrado foi correta. **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Magistrado, diante do conjunto probatório produzido pelas partes, desclassificou a imputação de crime de homicídio doloso para homicídio negligente, prolatando sentença condenatória.

O Ministério Público, embora não tenha oferecido aditamento à denúncia, concordou com a decisão judicial. A Defesa apelou pugnando pela necessidade de absolvição do acusado.

Explique, de forma fundamentada, se há chance de êxito do recurso defensivo. **(máximo de 20 linhas)**

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

- QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

Em decorrência da oferta de uma geladeira DUPLEX marca GELAMAIS, pelo preço de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), divididos em dez parcelas sem juros, Hermínia, no mesmo dia da veiculação da publicidade, se dirigiu à loja, disposta a adquirir o produto.

Ocorre que, quando chegou ao estabelecimento, todas as cinquenta geladeiras disponíveis já haviam sido vendidas.

Pergunta-se: pode Hermínia exigir do fornecedor a venda do produto que já não se encontra mais disponível, não obstante constar da propaganda, ostensivamente, que havia apenas cinquenta geladeiras no estoque para aquela promoção? **(máximo de 20 linhas)**

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO : (40 PONTOS)

Leia com atenção o texto a seguir:

Quanto vale a falta de amor de um pai?

Em recente e inédita decisão, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reconheceu o direito de uma filha, hoje com 38 anos, de receber uma indenização de R\$ 200 mil de seu pai, relativa a danos morais por abandono afetivo. A ministra Nancy Andrighi, relatora da matéria, ponderou que, muito embora o amor esteja alheio ao campo legal, remanesce a imposição biológica e jurídica de cuidar, como consequência da liberdade dos indivíduos de gerarem ou adotarem filhos.

Conquanto o genitor não tenha se furtado de pagar os subsídios materiais necessários ao sustento da filha, o STJ entendeu que ainda faltava compensá-la pelo sofrimento causado por anos de abandono afetivo.

No mérito, a decisão vai de encontro à função primordial do Direito, que consiste na possibilidade de confrontação dos indivíduos com a ideia paradoxalmente emancipadora de que “nem tudo é possível”, de que os limites são essenciais à constituição da civilização.

O julgado é próprio de sociedades consumistas, que perseguem a fantasia de uma suposta felicidade total. Esse delírio por completude perpetua os sujeitos num estado psíquico infantil, e os inabilita a enfrentar com maturidade as frustrações inevitáveis da vida. Por isso, ao franquear os meios supostamente suficientes à garantia dessa felicidade ilimitada, o direito acaba por cancelar o comportamento compulsivo daqueles indivíduos que buscam a felicidade a qualquer preço.

A pressuposição construída culturalmente de que haveria um "amor natural" entre pais e filhos não resiste à observação dos fatos quotidianos, que estampam, inclusive, crimes violentos perpetrados por pais contra filhos e vice-versa.

A relação entre pais e filhos, assim como outros amores da vida, implica reciprocidade e requer conquista e merecimento, porquanto pode um dia terminar ou até mesmo transformar-se em ódio.

Destarte, a imposição de comportamentos sentimentais, pelo Estado, revela-se autoritária e invasiva à esfera íntima dos indivíduos e na prática pode gerar situações de dissimulação da realidade, como afetos e convivências forçadas, com o intuito de apenas cumprir os desígnios estatais.

Freud, no “Mal-Estar na Civilização”, adverte que os sujeitos podem conduzir suas vidas de duas formas: ou assumem a infelicidade como condição do ser humano e a felicidade apenas como instante, ou se lançam na busca pela felicidade a qualquer preço. A opção por essa última alternativa, no entanto, provoca a advertência de Freud: “significa colocar o gozo antes da cautela, acarretando, logo, o seu próprio castigo”.

(Renata Rodrigues Ramos - 24/05/2012, www.ultimainstancia.uol.com.br)

Após uma reflexão sobre as ideias do texto, elabore uma **dissertação argumentativa, empregando entre 25 e 30 linhas**, em que se discuta a seguinte questão:

Seria a afetividade um direito natural e, portanto, assunto de justiça?

BOA SORTE!!!